

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na
Educação Profissional e Tecnológica

DORALICE DE ALMEIDA CARDOSO

CONTRIBUIÇÕES DO (A) ASSISTENTE SOCIAL PARA A TEMÁTICA GÊNERO E
RAÇA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

DORALICE DE ALMEIDA CARDOSO

CONTRIBUIÇÕES DO (A) ASSISTENTE SOCIAL PARA A TEMÁTICA GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Campus* Porto Velho-Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na educação Profissional e tecnológica junto ao Curso Docência na educação profissional e tecnológica sob a orientação do professor Orientador Me. Kariston Dias Alves

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Cardoso, Doralice de Almeida.
Contribuições do (a) assistente social para a temática gênero e
raça na educação profissional e tecnológica / Doralice de Almeida
Cardoso. - Porto Velho, 2026.
14 f.

Orientador(a): Prof. Me. Kariston Dias Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em
Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho,
2026.

1. Gênero. 2. Etnia. 3. Inclusão. 4. Assistente social. 5. Educação
profissional e tecnológica. I. Alves, Kariston Dias (orient.). II. Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III.
Título.


Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

DORALICE DE ALMEIDA CARDOSO


CONTRIBUIÇÕES DO (A) ASSISTENTE SOCIAL PARA A TEMÁTICA GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Campus* Porto Velho-Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Docência na educação Profissional e tecnológica junto ao Curso Docência na educação profissional e tecnológica sob a orientação do professor Orientador Me. Kariston Dias Alves


Aprovado em: 31/03/2026 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO ADOLFO DE ALMEIDA**
Data: 07/05/2026 09:21:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRO DE ALMEIDA**
Data: 06/05/2026 11:32:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro da Banca

Documento assinado digitalmente
 **KARISTON DIAS ALVES**
Data: 06/05/2026 09:44:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador

CONTRIBUIÇÕES DO(A) ASSISTENTE SOCIAL PARA A TEMÁTICA GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RESUMO: Historicamente, tanto no Brasil quanto em outros países, persistem desigualdades de gênero, preconceito racial e outras formas de discriminação, o que torna necessário o debate sobre inclusão e diversidade. A atuação do(a) assistente social, pautada no respeito às diferenças individuais e coletivas, promove a inclusão social, fortalece a cidadania e os direitos sociais, evidenciando a importância da articulação das categorias de classe, gênero e raça para consolidar o projeto ético-político do Serviço Social. O Código de Ética do(a) Assistente Social estabelece como princípio fundamental o empenho na eliminação de preconceitos, a promoção do respeito à diversidade e a cooperação para a participação de grupos socialmente discriminados, incluindo a discussão sobre igualdade de direitos entre os gêneros e a eliminação de quaisquer formas de discriminação. O estudo tem como objetivo principal investigar, na literatura existente, as contribuições do(a) Assistente Social para a abordagem de questões de gênero e raça na Educação Profissional e Tecnológica, considerando também aspectos interligados a essas temáticas. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico, qualitativo e exploratório, teve como base livros, artigos, dissertações e legislações pertinentes, buscando compreender como o Serviço Social contribui para a promoção da inclusão e da diversidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

PALAVRAS-CHAVE: gênero; etnia; inclusão; assistente social; educação profissional e tecnológica;

ABSTRACT: Historically, both in Brazil and in other countries, gender inequalities, racial prejudice, and other forms of discrimination persist, making the debate on inclusion and diversity necessary. The work of social workers, based on respect for individual and collective differences, promotes social inclusion, strengthens citizenship and social rights, highlighting the importance of articulating the categories of class, gender, and race to consolidate the ethical-political project of Social Work. The Code of Ethics for Social Workers establishes as a fundamental principle the commitment to eliminating prejudice, promoting respect for diversity, and cooperating for the participation of socially discriminated groups, including the discussion on equal rights between genders and the elimination of any form of discrimination. The main objective of this study is to investigate, in the existing literature, the contributions of Social Workers to addressing gender and race issues in Professional and Technological Education, also considering aspects interconnected with these themes. This bibliographical, qualitative, and exploratory research was based on books, articles, dissertations, and relevant legislation, seeking to understand how Social Work contributes to the promotion of inclusion and diversity in Vocational and Technological Education (VTE).

KEYWORDS: gender; ethnicity; inclusion; social worker; vocational and technological education;

1 INTRODUÇÃO

O Código de Ética do/a assistente social, orienta a atuação profissional para a superação de preconceitos e discriminações, promovendo a igualdade entre as pessoas independentemente de raça ou etnia, gênero ou identidade de gênero, orientação sexual, religião, idade ou condição de deficiência. O documento destaca, ainda, a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade social e cultural, mantendo uma postura crítica diante das desigualdades estruturais, denunciando práticas discriminatórias e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

Historicamente, tanto no Brasil quanto em outros países, observa-se uma persistente desigualdade de gênero, preconceito racial e outras formas de discriminação, o que torna imprescindível a discussão sobre inclusão e diversidade. Nesse sentido, analisar a atuação do(a) assistente social permite compreender como práticas profissionais podem enfrentar essas desigualdades, promovendo o respeito às diferenças individuais e coletivas e fortalecendo a cidadania e os direitos sociais.

Referente a igualdade de gêneros, para Samara (1997), houve épocas em que a hierarquia entre os gêneros era legalizada, sendo a mulher considerada inferior e subalterna aos homens, restringida no que tange a manifestar opiniões, exercer direitos políticos, civis, reprodutivos e sexuais. Fazendo com que a mulher alcançasse tardiamente alguns direitos e condições de igualdade, como o voto, participação na política, ingresso em universidade, e outros direitos.

Sobre as questões de igualdade racial no Brasil, alguns períodos históricos como a escravidão, institucionalizaram divisão entre pessoas, que fomentou cultura do racismo, preconceitos, machismo e imposição de barreiras sociais, que não foram totalmente reparados até a atualidade. Importante destacar, que no período da escravidão, além da prática de violências físicas, psicológicas, tortura aos povos escravizados, era comum haver estupros as mulheres escravizadas.

Tendo em vista, a articulação dessas temáticas com os desafios da Educação profissional e tecnológica, especialmente a respeito de inclusão e diversidade, bem como o debate para acesso e permanência dos alunos, esse tema se justifica academicamente e socialmente.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância acadêmica e social de discutir a inclusão e a diversidade no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente diante das persistentes desigualdades relacionadas às categorias de classe, gênero e raça. Em um contexto marcado por exclusões históricas e estruturais, torna-se fundamental refletir sobre estratégias que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito dos estudantes em processos formativos.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o aprofundamento do debate teórico no campo do Serviço Social, ao articular o projeto ético-político da profissão com as demandas contemporâneas da educação. Além disso, amplia a compreensão acerca do papel do(a) assistente social na promoção de práticas inclusivas, equitativas e comprometidas com os direitos sociais.

Sob a perspectiva social, a pesquisa se mostra relevante por evidenciar a importância da atuação profissional na construção de espaços educacionais mais justos e democráticos, que respeitem as diferenças e enfrentem as diversas formas de preconceito e discriminação. Ao abordar a Educação Profissional e Tecnológica, destaca-se ainda a necessidade de fortalecer políticas e práticas que garantam condições reais de inclusão, considerando as especificidades dos sujeitos atendidos.

Dessa forma, o estudo se justifica pela sua contribuição na reflexão crítica sobre a realidade social e educacional, bem como pelo seu potencial de subsidiar ações profissionais comprometidas com a transformação social, a equidade e a garantia de direitos. Diante desse contexto, estabelece-se como questão norteadora da pesquisa: de que forma a atuação do(a) assistente social, considerando as categorias de classe, gênero e raça, pode contribuir para a promoção da inclusão, diversidade e permanência dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica?

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza bibliográfica do tipo como exploratória, conforme Gil (2008, p. 27) “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, para o presente estudo essa característica permite maior aproximação com o tema abordado.

Depois da definição dos aspectos a serem desenvolvidos, o passo seguinte será a busca de informações em nível teórico. Desse modo, em relação aos procedimentos técnicos utilizados, essa pesquisa se caracteriza como bibliográfica seletiva, tendo como base de estudos materiais acadêmicos, especialmente: Livros, artigos, dissertações e leis. Pesquisa do tipo qualitativa.

Os instrumentos utilizados para finalização deste estudo serão fichamentos, para que haja fixação dos temas a serem abordados bem como reflexão crítica acerca dos conteúdos. Além disso, como componente do percurso metodológico, se pretende fazer busca por dados históricos, análise de conceitos e de pesquisas elaboradas.

Foi efetuada pesquisa, principalmente nas bases de dados eletrônicas SciELO e Google Acadêmico. O estudo tem como objetivo principal investigar na literatura existente o que se tem produzido referente a contribuições do(a) Assistente Social para a temática questões de gênero e raça na Educação Profissional e Tecnológica e a aspectos interligados. Para responder ao objetivo do estudo, se realizou pesquisa bibliográfica, por meio de busca, seleção e análise de artigos científicos, várias leis e instrumentos normatizadores, bem como capítulos de livros que discorrem sobre o assunto. O processo de busca e pesquisa se baseou em pesquisa pelas palavras-chaves, bem como articulando conceitos e termos, nessa etapa, foram usados os seguintes termos de forma isolada ou conjuntamente: “Código de ética dos Assistentes Sociais”, “atuação de assistentes sociais na educação profissional e tecnológica”, “questão social” , “conceito de trabalho”, “princípios de atuação dos Assistentes Sociais”, “gênero”, “racismo” que são termos que se relacionam e contribuem para alargamento do olhar a respeito do tema.

O idioma selecionado foi na língua portuguesa e produções brasileiras. Para os artigos especificamente, foram excluídos artigos considerados não relevantes para o objetivo desse estudo, ou seja, foram excluídos artigos de acordo com objetivos, pela metodologia, ou que embora tratem dessa temática, a apresentem em caráter secundário, complementar, ou que não atendem as questões aqui apresentadas. Não houve um recorte temporal definido para pesquisa dos artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo compreende o trabalho, a partir de Marx (1989), como uma categoria fundamental que distingue os seres humanos dos animais irracionais, na medida em que o ser humano atua de forma consciente sobre a realidade, enquanto os animais agem por determinações biológicas. Nesse sentido, o trabalho não apenas transforma a natureza, mas também possibilita ao homem transformar a si próprio. Assim, por meio do trabalho, os indivíduos constroem relações sociais, estabelecem vínculos e se organizam coletivamente para a materialização de objetivos comuns, evidenciando seu caráter essencialmente social e transformador.

Nessa perspectiva, Antunes (2000) destaca que, mesmo diante das transformações tecnológicas e produtivas, o trabalho permanece central na sociedade contemporânea, sendo a base da produção de riqueza e estruturando as relações sociais e de classe. Além disso, articulam-se à categoria trabalho, sob a ótica marxista, conceitos como capitalismo, mais-valia e exército industrial de reserva, os quais contribuem para a compreensão das desigualdades sociais e do desemprego na atualidade.

Dessa forma, as expressões da questão social podem ser compreendidas como manifestações objetivas e subjetivas das desigualdades estruturais produzidas pelo modo de produção capitalista, decorrentes da contradição entre capital e trabalho. Esse conceito, amplamente discutido pela tradição crítica do Serviço Social, fundamentada em Marx, refere-se a um conjunto de desigualdades econômicas, políticas e culturais geradas pela exploração da força de trabalho e pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida (Moreira, 2019).

Nesse contexto, as expressões da questão social se materializam de diversas formas na realidade concreta, incluindo as desigualdades de gênero, raça e etnia. Essas dimensões evidenciam a intersecção entre exploração econômica e opressões estruturais, como o racismo e o patriarcado, que produzem formas diferenciadas de dominação e acesso a direitos, organizando-se de maneira hierarquizada na sociedade (Moreira, 2019).

Sob uma perspectiva histórica, Samara (1997) analisa a formação da família brasileira, evidenciando que seus modelos são construções sociais e históricas, influenciadas por fatores como colonização, escravidão, relações de poder e

desigualdades socioeconômicas. Desse modo, a autora demonstra que a família não constitui uma estrutura fixa, mas dinâmica, que se transforma ao longo do tempo. Destaca-se, ainda, que mudanças como o aumento da escolarização feminina contribuíram para o enfraquecimento de estruturas patriarcais, ampliando o acesso das mulheres a direitos, inclusive à educação.

Articulando essa discussão à categoria gênero, Faury (2003) sustenta que as desigualdades vivenciadas pelas mulheres não são naturais, mas historicamente construídas, devendo ser analisadas em conjunto com a classe social e outras determinações estruturais. Assim, observa-se que as expressões da questão social afetam de maneira diferenciada homens e mulheres, sendo que fenômenos como pobreza, desemprego e precarização do trabalho incidem de forma mais intensa sobre as mulheres, especialmente aquelas responsáveis pelo sustento familiar.

Corroborando essa perspectiva, Eurico (2021) aponta que as relações patriarcais influenciam a divisão sexual do trabalho, tensionando desigualdades materiais e simbólicas que incidem diretamente nas expressões da questão social. Além disso, destaca que o racismo estrutura as relações sociais no Brasil, produzindo formas específicas e agravadas de desigualdade para a população negra. A autora também enfatiza que a normatização da sexualidade gera exclusão e violência contra a população LGBTQIA+, indicando que a formação profissional dos assistentes sociais deve enfrentar os preconceitos institucionais

Nessa mesma direção, Oliveira (2021) afirma que as temáticas de gênero e raça no Serviço Social ainda carecem de maior aprofundamento teórico, embora dialoguem diretamente com os fundamentos históricos da profissão e com seu compromisso ético-político. Segundo a autora, parte da produção acadêmica ainda trata essas categorias de forma fragmentada e hierarquizada. Apesar dos avanços, especialmente com a incorporação de perspectivas feministas e antirracistas, persistem desafios na construção de uma análise totalizante. Nesse contexto, a teoria unitária contribui para compreender a reprodução social como elemento central da dinâmica capitalista, articulando exploração de classe, opressão de gênero e racismo como dimensões interligadas.

De forma complementar, Alves (2018) discute a categoria gênero como ferramenta analítica fundamental para o Serviço Social, defendendo sua incorporação crítica na formação e no exercício profissional. A autora compreende o

gênero não como uma diferença biológica, mas como uma construção social e histórica, inserida em relações de poder. Assim, ressalta que as desigualdades de gênero não podem ser analisadas isoladamente, sendo necessário considerar sua interdependência com as opressões de classe e raça.

No que se refere à questão racial, Moreira (2019) evidencia que o racismo é estruturante da sociedade brasileira e se expressa nas desigualdades enfrentadas cotidianamente pelos usuários do Serviço Social. Dessa forma, o projeto ético-político da profissão exige um posicionamento ativo no enfrentamento de todas as formas de opressão. O autor destaca ainda que a luta antirracista não é secundária, mas constitutiva do compromisso profissional com a emancipação humana.

Nesse contexto, para Alves (2018), o compromisso do Serviço Social com a emancipação humana exige uma análise crítica das desigualdades de gênero, reconhecendo as violências e discriminações específicas que atingem mulheres e populações LGBTQIA+. Nesse sentido, a formação profissional deve ser enriquecida pelo aprofundamento teórico sobre gênero, superando abordagens moralizantes ou naturalizantes.

Em consonância com essas discussões, o Código de Ética do(a) Assistente Social também estabelece como princípio fundamental a defesa dos direitos humanos e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e à participação de grupos socialmente discriminados (Brasil, 1993). Nesse sentido, o combate ao preconceito configura-se não apenas como uma postura individual, mas como uma diretriz essencial da prática profissional, orientada pela busca da justiça social, da equidade e da inclusão.

Ao relacionar essas discussões com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Silva (2023) aponta que ainda há uma compreensão limitada acerca do papel dos Assistentes Sociais, frequentemente associado a práticas assistencialistas. Entretanto, sua atuação é estratégica na promoção da permanência e do êxito dos estudantes, na mediação de conflitos e no enfrentamento das expressões da questão social no ambiente escolar. Dessa maneira, evidencia-se a necessidade de ampliar a visibilidade da dimensão pedagógica e político-educativa do trabalho profissional.

Ampliando essa análise, Nunes e Lima (2023) destacam a importância de uma abordagem interseccional e descolonial na EPT, evidenciando como múltiplas opressões atravessam o currículo e as práticas pedagógicas. Assim, defendem a superação de perspectivas eurocêntricas e a valorização da diversidade dos sujeitos. A interseccionalidade, nesse contexto, é compreendida como ferramenta fundamental para analisar a articulação entre raça, gênero, classe e sexualidade na produção das desigualdades.

Por fim, Da Silva (2012) ressalta que uma das funções centrais do assistente social na EPT é contribuir para a redução da evasão escolar, por meio do acompanhamento social dos estudantes e da articulação com políticas públicas. Além disso, sua atuação envolve a promoção da inclusão, o apoio a grupos vulneráveis e o fortalecimento da permanência estudantil, evidenciando o caráter interdisciplinar e estratégico da profissão no ambiente educacional.

Além da atuação multidisciplinar, e enfrentamento das desigualdades sociais que interferem na no processo educativo e permanência escolar nos Institutos Federais, o Assistente Social contribui para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva. (Dos Santos, Lacerda, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E INDICAÇÕES PRÁTICAS

A categoria profissional do Serviço Social deve sustentar um compromisso ético-político com os direitos humanos e com a promoção da emancipação social. À luz das contribuições teóricas do campo, ressalta-se a imprescindibilidade de uma formação profissional orientada pela transformação social, incorporando de forma estruturante práticas antirracistas, antipatriarcais e anti-heteronormativas, dimensões fundamentais da identidade e da praxis do Serviço Social.

Quanto aos desafios profissionais, é fundamental que o assistente social compreenda as desigualdades de gênero e raça para qualificar sua prática. A atuação nas políticas públicas exige leitura crítica das relações patriarcais e raciais presentes na sociedade, assim como maior sistematização dos estudos de gênero e ampliação da produção científica na graduação.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, o assistente social desempenha um papel estratégico na promoção da equidade de gênero e raça,

atuando preventivamente e de forma interventiva, abrangendo atendimentos individuais, ações coletivas e articulação com a comunidade escolar, familiares, órgãos públicos e sociedade civil.

Sua atuação inclui:

- Análise socioeconômica de estudantes para programas de assistência estudantil e ações de inclusão educacional;
- Participação no planejamento e execução de políticas de permanência escolar, considerando dados sobre evasão, rendimento e acesso por raça e gênero;
- Desenvolvimento de projetos e intervenções coletivas para promoção da equidade, enfrentamento ao racismo, machismo, sexismo, LGBTQfobia e outras formas de violência;
- Articulação com políticas públicas intersetoriais (CRAS, CREAS, saúde mental) e encaminhamentos para a rede de proteção social;
- Promoção de espaços de diálogo, rodas de conversa, oficinas educativas e campanhas visuais para sensibilização da comunidade escolar;
- Mediação de conflitos e monitoramento de situações de discriminação ou evasão escolar decorrentes de preconceito.

Dessa forma, a atuação do assistente social na Educação Profissional e Tecnológica se configura como estratégia de democratização do ensino técnico e tecnológico, buscando construir práticas pedagógicas inclusivas, fortalecer a permanência estudantil e consolidar ações voltadas à justiça social, equidade e valorização da diversidade cultural, de gênero e racial.

Observou-se que a atuação do(a) assistente social, pautada em princípios de equidade e justiça social, desempenha papel estratégico na construção de um ambiente educacional mais acolhedor e igualitário, reforçando a importância de uma formação crítica e comprometida com as dimensões antirracista, antipatriarcal e anti-heteronormativa do Serviço Social.

Diante da questão norteadora, observou-se que o estudo respondeu de forma consistente ao investigar a atuação do(a) assistente social no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Ao considerar as categorias de classe, gênero e raça, a

pesquisa evidenciou como as práticas profissionais contribuem para a promoção da inclusão, da diversidade e da permanência dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andréa Moraes. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, p. 268–286, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 26 mar. 2026.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética da/o assistente social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

DA SILVA, Lucília Carvalho. **O trabalho do/a assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate**. 2012.

DOS SANTOS, Silas Lacerda; ALMEIDA, Georgia Bulian Souza. **Ações afirmativas em gênero e diversidade no currículo da educação profissional e tecnológica (EPT): uma discussão pós-colonial**. *Revista Pindorama*, v. 12, n. 1, p. 18, 2021.

EURICO, Márcia Campos et al. **Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades**. *Temporalis*, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021.

FAURY, Mirian. **Estudando as questões de gênero em serviço social**. *Pro-Posições*, v. 14, n. 1, p. 107–119, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier et al. **Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. 2019.

NUNES, Flávio Adriano Nantes; LIMA, Sílvia Elaine Almeida. **Raça, gênero, classe e sexualidade e suas intersecções na educação profissional e tecnológica**:

reflexões acerca da descolonização curricular do ensino médio integrado à luz da interseccionalidade. 2023.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, classe, gênero e raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da teoria unitária. 2021.**

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 7–21, 1997.**

SILVA, Maria Rita Valões da et al. **O assistente social na educação profissional e tecnológica: representações sociais de estudantes do ensino médio integrado. 2023.**